



AOS TRABALHADORES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

# REVISÃO DE CARREIRAS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NÃO QUER NEGOCIAR QUER IMPOR

## EXIGIMOS A NEGOCIAÇÃO

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) foi notificada no passado dia 17 pelas 12h11, para comparecer pelas 19h00 do mesmo dia, no Ministério da Justiça para uma reunião (de trinta minutos...) no sentido proceder à "(...) *conclusão da audição relativa à revisão das carreiras especiais da Polícia Judiciária* (...)".

Em simultâneo, foi remetido pela Ministra da Justiça uma nova proposta do Ministério que supostamente tem em consideração as diversas propostas apresentadas pelos sindicatos representativos dos trabalhadores da Polícia Judiciária, pensando esta Federação, que serviria como base para a futura negociação acordada e estabelecida na primeira reunião formal que foi realizada no passado dia 30 de maio de 2019, onde ficou corporizado que a negociação coletiva, realizada a coberto da lei, teria como metodologia a discussão artigo a artigo.

Constatamos que a nova proposta mantém inalterado o conteúdo da proposta publicada em BTE, em 22 de Maio de 2019, sofrendo apenas rearranjos cosméticos.

É penoso observar que o documento contradiz todas as declarações públicas da Ministra da Justiça, persistindo no erro de desconsiderar os trabalhadores da Polícia Judiciária, colidindo objetivamente com a dignidade do exercício da

profissão, o direito à carreira e estrangulando esta instituição, pilar no sistema de Justiça.

A Federação, exigindo o cumprimento do direito à negociação colectiva, remeteu email à Ministra da Justiça, informando que nos era impossível comparecer na referida reunião, com o objetivo tão complexo como o da matéria aqui em discussão, com uma convocatória enviada no próprio dia em que pretendem reunir.

Mais, considera esta Federação, que a Ministra da Justiça está a desvirtuar a negociação coletiva na Administração Pública, pois o processo em causa tem de ser sujeito a negociação nos termos da LTFP e não a uma mera audição, realizada em sede de apreciação pública, como é pretensão da Ministra.

É de todo sabido que o artigo 351.º, n.º 5 da LTFP diz clara e inequivocamente que "**A convocação de reuniões dentro do procedimento negocial tem de ser feita com a antecedência mínima de CINCO DIAS ÚTEIS, salvo acordo das partes.**", calendário ostensivamente ignorado e violado pelo Ministério da Justiça.

Não aceitamos "políticas de facto consumado" que põem em causa a Negociação Colectiva, pelo que a Federação irá continuar, por todos os meios sindicais e institucionais a exigir a negociação efectiva do estatuto profissional dos trabalhadores da Polícia Judiciária.

Assim, exigimos a marcação de uma reunião, com vista à abertura do processo negocial com base na contraproposta por nós apresentada e que a mesma seja marcada com a devida antecedência, sob pena, de serem decididas formas de luta, para repor os direitos violados.

A Federação continuará a manter informados os trabalhadores sobre o desenvolvimento do processo e dará conhecimento à Comunicação Social da forma como o mesmo se está a desenrolar.

## Mantém-te informado.

SINDICALIZA-Te no STFPSCentro  
vai a [www.stfpcentro.pt](http://www.stfpcentro.pt) - ficha de sindicalização



Coimbra, Julho de 2019

Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais